

II Numma sociedade altamente técnica, uma cidadania qualitativamente dirigente.



1. O sistema político de delegação de poderes num universo mediati-
zado pela técnica

Estamos a abordar na Europa o séc. XXI com as categorias políticas mentais do início da industrialização (período que vai até à II guerra mundial).

A representatividade em que assentam os nossos sistemas políticos é, na sua essência, o alargamento a espaços mais amplos da participação do camponês às questões da sua aldeia.

Do período industrial, a representatividade não retém senão os fenómenos em que estão em jogo os nossos conflitos de interesses que a exploração industrial traz consigo. Trata-se, no fundo, de antagonismos primordiais e intrínsecos ao novo processo de produção. Em vez de serem encarados nessa óptica - a do processo técnico - esses antagonismos foram absorvidos por ideologias e a forma de os resolver transformada em adesão a uma forma própria de encarar toda a sociedade.

Daí a perplexidade diante do comportamento das massas: os proletários de ontem são a pequena burguesia de hoje, os pobres agarram-se desesperadamente aos direitos que estranhos parecem prejudicar, as atitudes dos dirigentes políticos (a presença ou ausência de personagens - chave) não perturbam a sociologia eleitoral.

As decisões de voto passam muitas vezes pelo último face - a - face televisivo entre candidatos e em importante percentagem valorizam mais o seu brilho nesse dia do que o conteúdo do seu projecto político.

As sondagens desempenham continuamente o jogo de espelho onde um Narciso colectivo não deixa de se olhar e no qual finalmente não deixará de naufragar.

O projecto político dos candidatos assim como o discernimento dos eleitores são em todas as etapas mediatizados pelos meios técnicos.

Certamente estes meios técnicos podem representar uma evolução de progresso na compreensão do comportamento das massas. Mas a questão decisiva coloca-se então com toda a força: existe para os indivíduos a possibilidade de fazer escolhas quando a sua vontade e o seu pensamento foram condicionados pelos meios técnicos dirigidos às massas ?

E as massas têm um " querer " ? ou são configurações~~es~~ dificilmente ~~mutáveis~~, submetidas às leis da mecânica dos sólidos ?

A cultura moderna não tem conseguido incorporar a ciência e a técnica. E assim o cidadão vê-se desprovido da sua liberdade de cidadão. Enquanto indivíduo faltam-lhe os instrumentos culturais que lhe permitem compreender os instrumentos técnicos que formam a sua decisão e a fazem agir.

A democracia representativa está prestes a morrer nesta incapacidade cultural generalizada.

A tarefa primordial para uma cidadania responsável e tão autónoma quanto possível passa, a meus olhos, pela culturização da ciência e da técnica. (É evidente que a clivagem entre a juventude e os adultos tem hoje aspectos novos e radicalmente diferentes do conflito de gerações do passado, porque os jovens integraram na sua visão do mundo a ciência e a técnica de ~~pensamos~~^{nomas} nós não temos sido capazes de lhes transmitir um quadro de valores que se mantenha de pé).

Trata-se de um trabalho imenso que falta fazer.

Contudo, só uma cultura que domina e compreende os meios técnicos pode ajudar os homens e as mulheres a tornarem-se de novo sujeitos no processo da evolução social e política, sujeitos, finalmente da história.

Em grande parte, os homens e as mulheres compreendem no mais fundo de si mesmos a ratoeira a que estão submetidos. Mas é-lhes mais fácil conformarem-se — aliás, toda a " dissidência " isolada arrisca-se a ser rapidamente recuperada por forças cegas e sem dinamismo. É-lhes mais fácil porque a sua vida tornou-se a todos os níveis



extremamente complexa.

Parece-me que a cidadania na Europa só pode fazer desaparecer esta complexidade e contribuir para o acesso a uma vontade livre na medida em que se assume plenamente a lógica da automatização de certas infra-estruturas de decisão (o que se viu nas leis de tráfego, por exemplo, que criam mecanismos de reflexo nas pessoas).

É possível que aquela lógica vá até às decisões importantes do sistema de representação.

Quanto mais as infra-estruturas de decisão são automatizadas e os seus mecanismos integrados no universo cultural das pessoas, tanto mais se verifica a libertação das energias dos cidadãos para as tarefas imaginativas de novidade e de responsabilidade.

2. O jogo de espelhos da sociedade europeia e uma cidadania de mobilização.

Entre a herança do séc. XIX, acrescida pela tensão crescente Este-Oeste enquanto relação de forças, existe um projecto face a uma tal relação de forças.

Na medida em que o exercício do poder político, no cimo, se limita a " compromissos históricos " com mil rostos, vê-se crescer a indiferença dos cidadãos. A " valsa " das coligações e o seu vazio cultural (no sentido mais profundo da palavra: queer dizer, das finalidades e das estratégias que as tornam possíveis) só pode afastar progressivamente o cidadão daqueles que o representam. Quando os valores são ridicularizados, os ideais tornados aparentemente " pragmáticos ", os fins que têm a ver com a sobrevivência e a dignidade das pessoas desprezados, os eleitores já não são tomados em consideração dos visados.

O seu voto torna-se, nestas condições, ou um voto de simples espírito de capela ou de clube, ou rejeição de alguém.

A alternância tão louvada em todo o lado na Europa como o índice mais claro de que as democracias funcionam tem numa outra leitura. Ela exprime a incapacidade em que a Europa está de mobilizar os cidadãos.

Uma vez a alternância implementada, o grupo no poder tem o seu período de graça, mas em seguida vê a sua base de apoio eleitoral desagregar-se. Descobre que não tinha base de apoio social. A mobilização positiva e global, parece impossível mesmo em situação

de crise, e até de emergência nacional. Ou quando a mobilização existe, só se faz pela negativa do efeito cumulativo do reflexo sobre si: terá os rostos da auto-defesa, do racismo, do nacionalismo arrogante e belicista.

O aumento dos profissionais da política, só faz limitar o campo de intervenção dos cidadãos.

Postas de parte pelos poderes em exercício, as pessoas refugiam-se num universo fechado, olhando de longe a política e afastando das suas vidas as dimensões políticas possíveis e necessárias.

A mediação técnica de que falava há pouco cria a sociedade do anonimato. Face ao pequeno aparelho onde se pica o bilhete de combóio ou de metro, somos mais um dos que seguem o seu caminho, semelhantes a milhares de outros que fazem o mesmo gesto e o mesmo percurso.

Deshumanização ? Não necessariamente. O anonimato também é uma forma de liberdade: " envolvidos " pelo anonimato, podemos fazer ilhotas de reflexão e de autonomia no meio das formas técnicas da existência.

Neste contexto, nascem as revoluções fragmentadas ?

A Europa sabe com Portugal de um lado e a Polónia do outro - que as revoluções globais já não são possíveis neste continente. É, pois, ao nível do possível, do compreensível e do imediato que se situam a partir de agora as tentativas de problematização radicais. Os pequenos grupos, as associações mais diversas, concentram-se em torno de uma causa, de um acontecimento que prêilegiam.

Certamente - e contrariamente ao que se poderia pensar há alguns anos - eles criam dificilmente a dinâmica de movimentos sociais. Para o conseguir, eles teriam necessidade de atingir uma certa masa crítica, de definir claramente a pluralidade das suas estratégias e de pensar em todos os momentos as formas possíveis para a sua articulação com as instituições da democracia representativa. Ao analisar a evolução europeia, neste âmbito, certos factos levantam problema.

Os grupos e associações são muitas vezes apresentados pelos medias como o exótico, o fora do comum, o utópico - na verdade, categorias em que o cidadão, carente de anonimato, não se sente à vontade.

Quando penetram os médias, os grupos portadores de alternativas têm um discurso vago, apresentam uma vivência afastada da maioria das pessoas, perturbam de qualquer maneira o universo do aparente

" law and order " no qual as pessoas desaparecem.

A sua marginalização (se não é a sua marginalidade) torna-os inacessíveis. Essa marginalização não é apenas um acto deliberado dos poderes. De facto, cada vez mais na Europa o único valor é o que emana das instituições reconhecidas. Como se a Europa tivesse chegado ao termo da sua própria renovação social.

Em muitos países, o Estado penetra subtilmente ou decididamente em todos os domínios da sociedade.

E paradoxalmente, a sociedade só se sente legitimada pelo Estado - aquele que está cada vez mais desprovido de conteúdo e de projecto.

Este círculo vicioso conta favoravelmente com o emprobecimento da cidadania, europeia.

Porque o cidadão é resultado de uma sociedade mesmo quando se exprime ao nível das instituições do Estado.

Numa sociedade " colonizada " pelo Estado, uma nova cidadania é, em primeiro lugar, uma afirmação das forças próprias à sociedade, todo o grupo que se constitui e que tenta introduzir-se é uma " respiração " de sociedade, uma afirmação da sua própria existência enquanto tal.

Fundação Cuidar o Futuro

III Um projecto para a Europa ?

1. É preciso afirmar e compreender que o verdadeiro poder não é o que corresponde à " gestão rotineira e quotidiana dos assuntos " mas aquele que " diz respeito às decisões de natureza estratégica".
2. A cidadania, capaz de nos fazer assumir os nossos deveres e lutar pelos nossos direitos, é a que é co-extensiva ao espaço Europeu - onde alimentação, saúde, educação, cultura, comunicação não são vívidos em termos de defesa de uns relativamente aos outros, mas em termos de compromissos solidários.
3. As referências novas que a técnica, quer no processo de industrialização, quer na sociedade programada, traz à democracia, são de uma tal complexidade que só a interpretação dos saberes e a articulação dos meios de execução a uma outra escala que não seja a nacional podem responder-lhe de forma adequada.
4. Uma democracia plena concilia-se mal (ou nada) com os conceitos de desenvolvimento (ou de gestão política) encarados apenas na óptica do crescimento económico.

O binómio democracia / desenvolvimento não é harmonizável enquanto o crescimento fôr entendido como simples crescimento material. Pertence à Europa, em nome do seu nível de vida e das suas **tradições** democráticas, modificar integralmente e procurar novos **modelos** operacionais de desenvolvimento.

5. Só a Europa é capaz de fazer a crítica da racionalidade que presidiu ao seu progresso material⁸ **denuncian**-lhes os mecanismos. Pertence-lhe implementar uma **outra** racionalidade em que os valores culturais se tornam a matriz da sua prática democrática.
6. A Europa no seu conjunto tem um desafio a relevar: o da **revitalização** da democracia por todas as formas novas que existem neste continente. Onde quer que o desenvolvimento não consegue responder às necessidades dos homens, a democracia é atingida no seu fundamento.
7. Vista de longe, a Europa é uma, independentemente das **facturas** que a economia, as línguas, os regimes políticos nela introduziram. Enquanto se apresentarem sós, os países europeus fazem necessariamente o jogo das super-potências. Face à parada decisiva da **paz**, a cidadania nacional é irrisória sob este ponto de vista, a única cidadania⁵ que pode existir é a europeia.
8. Reflectir sobre a democracia na Europa é uma evocação da história comum e vocação de um querer comum. História e querer são as duas expressões no tempo da cultura dos povos vivos.
A história está feita. E o querer ?